

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 13 de janeiro de 2020 às 07h56
Seleção de Notícias

O Estado de S. Paulo | BR

Propriedade Intelectual

Crítica infundada à universidade 3

NOTAS & INFORMAÇÕES

Folha.com | BR

Marco regulatório | INPI

Dono de patente é alvo de cobrança falsa - 5

O Presente - Online | PR

10 de janeiro de 2020 | Marco regulatório | INPI

Paraná é o 3º Estado com mais Indicações Geográficas no país 6

Jornal GGN Online | SP

10 de janeiro de 2020 | Marco regulatório | INPI

Ainda as patentes de medicamentos: a quem interessa a extinção do INPI?, por Jorge Bermudez 9

Crítica infundada à universidade

NOTAS & INFORMAÇÕES

As autoridades educacionais do governo Bolsonaro insistem em acusar as universidades públicas do País de ineficiência em matéria de formação acadêmica e pesquisa, por terem se convertido em "locais de balbúrdia e doutrinação". Mas tais críticas têm sido desmentidas pelos números.

Segundo levantamento do Massachusetts Institute of Technology (MIT) sobre parcerias entre universidades públicas e empresas privadas para o desenvolvimento de tecnologia e inovação no Brasil, o número de artigos científicos realizados em coautoria por pesquisadores acadêmicos e pesquisadores das indústrias teve uma taxa média de crescimento de 14% ao ano, entre 1980 e 2018. Foram 1,5 mil artigos publicados em 2018, ante pouco mais de 10 em 1980.

"É comum ouvirmos as pessoas falarem que é muito complicado fazer contratos de colaboração ou que a universidade pública não quer interagir.

Mas isso não é mais assim. Há desconhecimento por parte do governo e também dentro da própria academia, influenciado por impressões pessoais que vêm dos anos 1970", lembra Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Segundo ele, o desenvolvimento de tecnologia e inovação no Brasil tem esbarrado em dois problemas. O primeiro é o excesso de deferência a países como Estados Unidos, China e Coreia do Sul por aqueles que, como os atuais dirigentes do Ministério da Educação, criticam a falta de produtividade das universidades brasileiras sem levar em conta as estatísticas. Por isso, tanto os argumentos como as alternativas propostas por esses críticos são feitas "no

escuro", diz Brito Cruz. O segundo problema é a falta de diagnóstico preciso da área, permitindo que as políticas de desenvolvimento tecnológico tenham linha de continuidade ao longo do tempo, independentemente das trocas de governo.

Para Brito Cruz, se por um lado a produção conjunta de conhecimento em tecnologia e inovação por empresas e universidades vem crescendo, por outro é preciso que seja desconcentrada.

Entre 2009 e 2018, 72% do total de artigos científicos resultantes dessa parceria foram produzidos por dez universidades, das quais se destaca a USP — isoladamente, ela produziu 2,7 mil artigos no período, mais do que o dobro da segunda colocada, a UFRJ. Do lado das empresas, sobressaem-se a Petrobrás, a Vale, a IBM, a Embraer, a Novartis e a Pfizer. Graças à indústria farmacêutica, as ciências da saúde foram responsáveis por quase 30% dos artigos entre 2015 e 2017.

Por isso, em vez de fazer acusações infundadas às universidades, o governo deveria investir na melhoria de qualidade da pesquisa na maioria das instituições de ensino superior, por um lado, e estimular mais parcerias com o setor produtivo, por outro lado. "E isso exige ser visto no mundo, frequentar conferências internacionais na presença de outros centros e empresas", diz Cruz.

Seus argumentos coincidem com o que tem sido recomendado por entidades internacionais.

Na mesma linha do que ele recomenda, o diretor-geral da **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual, Francis Gurry, propõe ao Brasil uma mo-

Continuação: Crítica infundada à universidade

bilização nacional pela tecnologia e pela inovação, sob o risco de o País perder mercado numa economia global cada vez mais digitalizada e concorrencial. Segundo ele, 60% da inovação mundial vem de 30 grandes "hubs" situados em poucos países e nenhum deles da América Latina. Enfrentar o desafio na área de tecnologia e inovação pressupõe equipes mais numerosas de pesquisadores e isso exige políticas de formação, educação e qualificação, afirma.

Infelizmente, o governo brasileiro parece não ter consciência da importância desse desafio.

Enquanto o presidente da República e o ministro da Educação continuarem mais preocupados em fazer críticas infundadas do que em formular e implementar políticas consistentes, o Brasil ficará atrasado na corrida mundial pelo desenvolvimento de tecnologia e inovação.

Dono de patente é alvo de cobrança falsa -



Painel S.A.

Jornalista, Joana Cunha é formada em administração de empresas pela FGV-SP. Foi repórter de Mercado e correspondente da Folha em Nova York.

Últimas notícias

Boleto fake Desde a semana passada, diversas empresas têm recebido cobranças falsas em nome do **Inpi** (Instituto Nacional da **Propriedade** Industrial) para supostamente garantir a proteção de suas marcas e patentes.

É golpe Procurado pela coluna, o **Inpi** afirma que não telefona nem envia boleto ou email para fazer cobranças aos inventores.

A coluna Painel S.A. agora está disponível por temas. Para ler todos os outros assuntos abordados nesta edição, clique **abaixo**

Grow, de patinetes, espera crescer 50% em 2020 ??

Com **Filipe** Oliveira e **Mariana** Grazini

Paraná é o 3º Estado com mais Indicações Geográficas no país

Paraná Produtivo - ADI-PR Paraná é o 3º Estado com mais **Indicações** Geográficas no país

Publicado em 10 de janeiro de 2020

Indicações Geográficas

O Paraná é o 3º Estado com mais **Indicações** Geográficas (IG) no país com o registro do Melado de Capanema no mês passado. A IG de Capanema é a 8ª registrada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial e a 1ª da região Sudoeste. A 1ª foi a IP Norte Pioneiro do Paraná para café verde em grão e industrializado torrado em grão e ou moído, concedida em 2012. Em 2017, o Instituto concedeu IG para a Indicação de Procedência São Matheus, em São Mateus do Sul e municípios vizinhos, a 1ª do Brasil relacionada à erva-mate. Atualmente, existem 75 registros de IG no Instituto, sendo 55 indicações de procedência nacionais e 20 **denominações** de origem (11 nacionais e nove estrangeiras).

As IGs do Paraná

Os oito produtos com IG são: São Mateus do Sul com a erva-mate e derivados, Norte Pioneiro com os cafés especiais, Carlópolis com a goiaba de mesa, Oeste do Paraná como mel, Witmarsun com o queijo colonial, Marialva com as uvas finas de mesa, Ortigueira com o mel e o melado de Capanema. Outros quatro territórios têm pedidos prestes a serem protocolados ou sendo analisados pelo **INPI**: Morretes com a cachaça, Antonina com a bala de banana e o Litoral com barreado e farinha de mandioca.

Plano Safra

Os empréstimos do Plano Safra para produtores rurais somaram R\$ 108,5 bilhões no período de julho a dezembro do ano passado. O montante representa metade dos recursos programados para o plano no

período 2019/2020. O balanço do Ministério da Agricultura mostra que do total tomado de empréstimos, R\$ 28,5 bilhões foram em operações de investimento e R\$ 80 bilhões em operações de custeio, comercialização e industrialização.

Menos por mais

Sexto principal produto exportado pelo Brasil em 2018, no ano passado a carne de frango caiu para a 7ª posição na pauta cambial, desbancado pelo milho (que ascendeu da 13ª para a 5ª posição) e pela carne bovina - que subiu para a 6ª posição graças a uma receita 2,5% superior à da carne de frango. Esta última perdeu uma posição na pauta porque o farelo de soja, anterior ocupante do 5º posto, caiu em 2019 para o 8º lugar. Ainda assim, o desempenho da carne de frango pode ser considerado excelente, já que sua receita no ano aumentou quase 8%, que coloca o produto entre os cinco (do grupo de dez) com incremento de receita em 2019.

Números da Abiec

Segundo entidade que representa os frigoríficos brasileiros, foram negociadas 1,8 milhão de toneladas, movimentando US\$ 7,59 bilhões no último ano. Os principais destinos foram China, Hong Kong, União Europeia e Egito. Os frigoríficos levam em conta todos os produtos exportados pelo setor (in natura e processados), diferentemente da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia, que levanta os dados da balança comercial. Levando em conta apenas as vendas da carne de frango in natura, o número é 12,5% maior que na comparação com 2018.

Efeito China

Os resultados positivos foram puxados principalmente pelo crescimento da demanda chinesa,

que em 2019 se consolidou como o principal destino da carne brasileira, respondendo por 26,7% do total exportado pelo país. Em 2019 as exportações para a China somaram 494.078 toneladas, crescimento de 53,2% ante 2018. Em receita, o crescimento foi de 80%, com um total de US\$ 2,67 bilhões.

De olho no trigo

A sinalização de preços maiores no Brasil e o possível atraso na janela ideal para semeio de milho segunda safra no Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul podem atrair produtores para o cultivo de trigo em 2020. Este é o cenário estimado pelo Cepea. O órgão projeta que deverá haver elevação nos preços da farinha e do farelo no início do ano, uma vez que os valores do trigo em grão subiram. No caso do farelo as valorizações do milho também tendem a sustentar as cotações do derivado.

Renault em alta

Em 2019 a Renault manteve a trajetória de crescimento contínua desde 2010 e registrou novo recorde no Brasil, com 9% de participação de mercado - ganho de 0,3 ponto percentual em relação ao ano anterior, com 239.173 unidades emplacadas. Com esse desempenho, a Renault fechou 2019 como a 4ª colocada em vendas no país. Enquanto o mercado brasileiro cresceu 7,4% no ano passado, o Renault teve alta de 11,3% nos licenciamentos na comparação com 2018.

20 anos de Brasil

Ano passado a Curitiba Motores, fábrica de motores da Renault do Brasil, completou 20 anos de produção no Complexo Ayrton Senna. Desde sua inauguração, em 1999, a unidade já produziu mais de quatro milhões de motores, com cerca de 40% destinados à exportação. Atualmente, a fábrica produz três famílias de motores e tem capacidade produtiva de 600 mil unidades por ano, além de exportar motores para a Colômbia e Argentina e componentes para Turquia.

Continuação: Paraná é o 3º Estado com mais Indicações Geográficas no país

Recordes no algodão

Com o volume recorde de algodão colhido na temporada 2018/19 o mercado externo foi a alternativa para o escoamento da safra. De acordo com Secretaria Comércio Exterior, de janeiro até a terceira semana de dezembro foram exportadas 1,53 milhão de toneladas da pluma, 57% superior ao volume de 2019. Segundo dados da Conab, a produção brasileira 2018/19 atingiu volume recorde de 2,7 milhões de toneladas, alta de 36% frente à anterior, impulsionada pela elevação de 37,8% na área cultivada.

E-Social

O prazo para o envio dos eventos de saúde e segurança do trabalhador foi prorrogado pela Secretaria de Previdência e Trabalho. O sistema informatizado de prestação de informações de empresas e trabalhadores, o eSocial, será obrigatório para médios empregadores. Cerca de 1,24 milhão de médias empresas, que faturam até R\$ 78 milhões por ano, deverão inserir os dados de saúde e de segurança de 21 milhões de trabalhadores na ferramenta até o dia 08 de janeiro de 2021. Este prazo não vale para as empresas que optaram pelo Simples.

Franceses comprando

A Engie Brasil Energia (EBE, antiga Tractebel Energia), empresa brasileira controlada pelo grupo francês Engie, pretende comprar a hidrelétrica Foz do Areia, da Copel. Maior usina do parque gerador da estatal paranaense, Foz do Areia possui 1.676 megawatts (MW) de capacidade instalada e está situada no Rio Iguaçu, no município de Pinhão.

Na Polônia

A gripe aviária está se espalhando para a Polônia, com sete casos registrados nas últimas duas semanas em granjas de aves em diferentes regiões do país. Até agora, quase 100 mil aves foram afetadas em fa-

zendas de perus, codornas e galinhas. O serviço veterinário polonês informou que a gripe aviária de alta patogenicidade foi encontrada em sete compartimentos de aves domésticas: três grandes compartimentos de perus, um compartimento de galinhas, um recinto de codornas e duas fazendas domésticas com 79 aves de diferentes espécies - galinhas poedeiras, patos, gansos e pombos. Os pássaros nos recintos afetados foram abatidos e queimados. A Polônia é o maior produtor de aves da União Europeia e o 3º maior exportador de aves do mundo. O último caso de gripe aviária na Polônia foi relatado há dois anos.

Vizinhos

Até agora, a vizinha Bielorrússia já proibiu as importações de aves das regiões afetadas pelo vírus e a autoridade veterinária da Letônia instou os criadores de aves do país Báltico a tomar medidas de **biossegurança** para proteger suas aves após relatos de um surto de gripe aviária na Polônia. O serviço veterinário e de alimentos da Letônia informou que aves domésticas e decorativas importadas da Polônia no mês passado e perus das fazendas afetadas pela gripe na Polônia não chegaram à cadeia alimentar. Até o momento, a Letônia permaneceu livre da gripe aviária.

Continuação: Paraná é o 3º Estado com mais Indicações Geográficas no país

Incêndios na Austrália

O Ministério da Agricultura da Austrália teme que as perdas de animais de criação pelos incêndios que o país está enfrentando possam somar mais de 100 mil cabeças. As áreas mais atingidas possuem 12% do gado ovino e 9% do gado bovino da Austrália. Devido ao tamanho da área impactada, pode levar meses até que os números exatos de perda de estoque sejam conhecidos.

Crédito paranaense

O BRDE viabilizou em 2019 a oferta de R\$ 850 milhões de crédito a empresas paranaenses em vários segmentos econômicos. Apenas no cooperativismo foram investidos R\$ 387 milhões em projetos prioritariamente voltados para a agroindústria, seguidos daqueles de melhoria da infraestrutura. O volume considera tanto o financiamento para cooperativas como para cooperados.

Da Redação ADI-PR Curitiba

Coluna publicada simultaneamente em 20 jornais e portais associados.

Ainda as patentes de medicamentos: a quem interessa a extinção do INPI?, por Jorge Bermudez

do CEE Fiocruz Ainda as patentes de medicamentos: a quem interessa a extinção do **INPI?** por Jorge Bermudez

A quem interessa a extinção do **INPI?** Pelas revelações da publicação Relatório Reservado, sem menção a patrocinadores ou editores, divulgada no dia dos Santos Reis (6/1/2020), uma estranha e maléfica "parceria público-privada" estabelece o que, na Câmara dos Deputados, já se convencionou chamar de frentão, amalgamando interesses não necessariamente articulados, mas de caráter oportunístico e aproveitando, a nosso ver, a atual conjuntura de absoluta dissintonia entre os membros do governo Bolsonaro. É como se cada ministério ou representação de interesses incrustado no Planalto tivesse como influenciar as políticas públicas em benefício próprio, acirrando as desigualdades e a exclusão, na voracidade do capitalismo predatório.

Entretanto, a mesma publicação esclarece quem lidera a articulação pela pretensa extinção do **INPI** e a diluição de suas responsabilidades para uma nova autarquia, que nada mais seria que a revigoração da AB-DI [Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial], transferindo as responsabilidades próprias de Estado aos interesses do setor privado e às propostas ultraliberais e privatizantes do Ministério da Economia, sob o comando do ministro Paulo Guedes. É revoltante perceber e acompanhar para onde tendem as políticas, que, ao restringir ao extremo os gastos públicos e desconstruir e desestruturar o setor público, mergulham o Brasil novamente nos meandros da exclusão e das desigualdades, nos levando novamente a sucumbir como país periférico no mundo atual!

Os ataques ao **INPI**, sob a justificativa da demora na análise dos **processos** de patentes, o denominado backlog, na verdade, sustentam as propostas mais estapafúrdias formuladas ao longo dos últimos anos e

das últimas gestões e que, hoje, encontram campo fértil na diretriz governamental de privatização

Os ataques ao **INPI**, sob a justificativa da demora na análise dos **processos** de patentes, o denominado backlog, na verdade, sustentam as propostas mais estapafúrdias formuladas ao longo dos últimos anos e das últimas gestões e que, hoje, encontram campo fértil na diretriz governamental de privatização. Das propostas anteriores, ditas salvadoras, já tratamos anteriormente (ver aqui; aqui e aqui), e entendemos que de salvadoras nada têm.

Que estranha aliança ou que estranha loucura levaria o Ministério da Economia, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a CNI, a Fiesp, o segmento dos planos de saúde privados, o agronegócio e a bancada ruralista na Câmara dos Deputados a se unirem e apoiarem a Medida Provisória albergada no Ministério da Economia e que, na prática, liquida o **INPI** e deixa o Brasil nas mãos do setor privado, seja ele de capital nacional ou transnacional? Em que momento se conjugaram os interesses do setor Saúde, em especial, o setor dos planos privados de saúde e os setores farmacêuticos, com o agronegócio, historicamente em lados opostos, com políticas setoriais diferenciadas e conflitantes? Em que momento o denominado Sistema S se contrapõe a outros interesses e consegue articular interesses comuns em políticas privatizantes, mas com repercussão política em âmbito nacional?

De maneira geral, a iniciativa de extinguir o **INPI**, deixando suas atribuições a cargo do setor privado, pode estar inserida na operação geral de desmonte do nosso sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação, magistralmente analisado por Luís Fernandes em ensaio atual.

Queremos também deixar uma mensagem de alerta sobre as iniciativas em curso, aparentemente des-

Continuação: Ainda as patentes de medicamentos: a quem interessa a extinção do INPI?, por Jorge Bermudez

conectadas entre si, mas que certamente compõem um conjunto voltado a desestruturar o setor público e entregar o equilíbrio às forças de mercado.

Uma série de projetos de lei tramita no Congresso Nacional, tentando liberar a venda de medicamentos isentos de prescrição em supermercados e outros estabelecimentos comerciais, desmerecendo o papel do farmacêutico, tratando medicamentos como mercadorias e ignorando princípios do SUS e o acesso como direito humano fundamental

A Interfarma, representando os interesses das empresas de capital transnacional, chama a atenção para a necessidade de desburocratizar os processos do setor farmacêutico, flexibilizar a concessão de registro para medicamentos resultante de inovação incremental, com regras muito mais flexíveis, sob a alegação de que essa desregulamentação vai aumentar o acesso da população a medicamentos. Pleiteia também a ampliação da lista de medicamentos ofertados no SUS, ignorando as consequências drásticas do congelamento resultante da EC-95.

Uma série de projetos de lei tramita no Congresso Nacional, tentando liberar a venda de medicamentos isentos de prescrição em supermercados e outros estabelecimentos comerciais, desmerecendo o papel do farmacêutico, tratando medicamentos como mercadorias e ignorando princípios do SUS e o acesso como direito humano fundamental.

Finalmente, queremos levar em consideração a questão levantada recentemente por Reinaldo Guimarães

sobre pressões do setor farmacêutico para flexibilizar o controle de preços de determinados medicamentos no Brasil (ver aqui), proposta que vem sendo analisada e que deve ser levada em breve a consulta pública.

Contra fatos, os argumentos não se consolidam. Os custos dos medicamentos desvinculados dos preços, os elevados e muitas vezes extorsivos preços de produtos monopólicos e o advento da Medicina Individualizada certamente são fatores que nos mostram como é inviável a regulação restrita ao mercado, sem uma presença forte do Estado. Entretanto, para isso é necessário um Estado a serviço da população, fortalecido e não sendo desmontado!

* Jorge Bermudez é pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) e membro do Painel de Alto Nível em Acesso a Medicamentos do Secretário-geral das Nações Unidas.

O conteúdo desta publicação é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz.

Você pode fazer o Jornal GGN ser cada vez melhor

Assine e faça parte desta caminhada para que ele se torne um veículo cada vez mais respeitado e forte.

Assine agora

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3

Entidades
3

Marco regulatório | INPI
5, 6, 9

Propriedade Industrial
5

Pirataria | Biopirataria
6

Denominação de Origem
6

Patentes
9